

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

A construção da imagem do turismo cultural
em Porto Alegre segundo as políticas públicas municipais:
1989-2007

Marco Aurélio Soares

Trabalho de Conclusão do Curso para
obtenção do grau de licenciatura em História
pela Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Adolar Koch

Porto Alegre, novembro de 2011

“Os homens não podem permanecer crianças para sempre; têm de, por fim, sair para a ‘vida hostil’. Podemos chamar isso de ‘educação para a realidade’. Precisaréi confessar-lhe que o único propósito de meu livro é indicar a necessidade desse passo à frente?”

Sigmund Freud, 1927¹

¹ FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 122-123.

Agradecimentos

Aos meus pais, José Hugo e Roma (in memoriam).

Nunca imaginei que minha profissão seria guia de turismo. Lembro-me de minha mãe dizer que eu deveria ser professor, acho que era porque eu gostava de lêr Nietzsche e Freud aos dezoito anos de idade e as minhas idéias seguiam um rumo que apontava a prática de professor...

De qualquer forma, depois de começar a trabalhar como monitor numa fazenda-escola em Viamão, em 1998, percebi que era isso que eu gostaria de fazer: mostrar às crianças (e, depois, adultos também) como é fantástico nosso mundo, como é interessante um modo de ver as coisas que leve em conta o questionamento, a ciência, etc...

Viajei por diversos países nesses treze anos de prática, pude olhar o pôr-do-sol em Ushuaia às 23h, vislumbrei o Aconcágua imaginando San Martín atravessando os Andes e fiquei assombrado com o vulcão Licancabur no Atacama pensando nos povos aborígenes massacrados pelos espanhóis...

Trabalhei por oito anos junto aos órgãos oficiais de turismo em Porto Alegre (e, talvez, por isso mesmo, não tenha vasculhado mais os arquivos temendo descobrir algo de comprometedor...) e participei como delegado e conselheiro nos fóruns de discussão das políticas públicas de turismo no período abordado nesse trabalho. Com relação à pesquisa histórica, sempre fui atrás de novas informações sobre a cidade e participei da formatação do roteiro Linha Turismo Zona Sul. Estudar história foi um passo fundamental em minha vida.

Agradeço, de coração, à minha esposa adorável, Daiane, pela companhia nesses anos todos e, também, pela acolhida da família Fernandes.

Aos professores, colegas e amigos.

PLANO DE CONTEÚDOS

1.Apresentação	05
2.Objetivos gerais e específicos.....	06
3.Aspectos teóricos.....	08
3.1 Turismo e sociedade	11
3.2 Patrimônio e educação	15
4. A construção da imagem do turismo cultural em Porto Alegre: as aulas públicas no Centro Histórico.....	20
5.Conclusões.....	28
6. Bibliografia.....	29
7. ANEXOS	32

Anexo I *Proposições para uma ação política municipal de turismo 1993/1996*

Anexo II *O futuro do turismo em Porto Alegre – O caso da EPATUR 1996/2000*

Anexo III *Porto Alegre ao alcance de todos – Programa comunitário*

Anexo IV *Folder I Conferência Municipal de Turismo e III Congresso da Cidade*

Anexo V,VI e VII *Materiais promocionais de Porto Alegre*

1. Apresentação

Esse trabalho apresenta uma reflexão sobre história do turismo no contexto das políticas públicas em Porto Alegre no período de 1989 a 2007. O recorte do tema é pertinente como análise específica de uma prática social contemporânea que envolve deslocamentos, serviços e informações: o turismo. Em 2014 uma grande mobilização de ações e recursos irá concentrar as atenções no grande evento de lazer em escala planetária: as contribuições teóricas e práticas são bem vindas e necessárias.

A proposta desse texto é analisar as ações e projetos institucionais dos órgãos oficiais do setor de turismo em Porto Alegre que apontam a importância da atividade turística aliada ao ensino e conhecimento.

A definição de *patrimônio* para o turismo nesse período é referência na *justificativa de atrativos* – em especial, no *turismo cultural* - sendo possível identificar um “padrão” de prioridades nas ações e projetos de divulgação e imagem da cidade nesse período. A importância do “turismo pedagógico-cultural” como incentivo às práticas de cidadania e inclusão social parece-nos um caminho inédito no campo de atuação do profissional de história.²

No período de nossa análise foi possível identificar uma preocupação dominante nas discussões das demandas de diversos setores da sociedade sobre *educação patrimonial* e *patrimônio cultural* da cidade. A ligação entre turismo e educação patrimonial assume destaque a partir da participação mais efetiva da sociedade na elaboração e discussão de políticas para o setor.

A pergunta que se coloca é: como foi definido o *atrativo turístico-cultural* segundo as políticas públicas de turismo em Porto Alegre no final do século XX? Como os conceitos de “patrimônio” e “memória” legitimam certas propostas e qual o papel dos fóruns de discussão popular na formatação das diretrizes municipais?

² Um objetivo inicial ao escrever sobre esse tema era traçar a história do turismo pedagógico em Porto Alegre. Meu interesse pessoal como profissional nas atividades com alunos nos *city tours* na cidade justifica a pesquisa futura sobre uma atividade com grande potencial para o ensino de história.

2. Objetivos Gerais e Específicos

Pretende-se analisar a trajetória da imagem do turismo em Porto Alegre no final do século XX com o surgimento de discussões e ações relacionadas a participação popular e mobilizações na preservação do patrimônio em fóruns de debates como as Temáticas de Desenvolvimento Econômico do Orçamento Participativo, Congressos da Cidade e a Conferência Municipal de Turismo.

Devido à importância que a gestão municipal passa a tratar esse tema é pertinente a pergunta: como alguns conceitos históricos se tornaram referência nos roteiros turísticos desenvolvidos na cidade no final do século XX? Qual “imagem da cidade” é valorizada nos documentos? É possível identificar um “padrão” de políticas públicas de turismo a partir das últimas décadas com a análise dos debates nas plenárias organizadas pelo município onde surgem solicitações de “aulas públicas” nos espaços históricos da cidade – daí a relação com o que chamamos de “turismo cultural”.

O papel do historiador junto à atividade chamada *turismo cultural* é de extrema importância pois irá legitimar a discussão - que não será limitada ao aspecto *mercadológico* – apontando sentidos e possibilidades da trama dos acontecimentos da cidade.

Nossas fontes de pesquisa são trabalhos sobre a história de Porto Alegre levando em conta as situações sociais, políticas, econômicas e culturais que prevaleceram ao longo do século XX: através da análise da produção da matriz historiográfica oficial será demonstrada a influência das esferas do poder na criação dessa matriz.

Além disso, o material documental relativo aos departamentos municipais de turismo foi analisado na procura de *diretrizes de trabalho* institucionais revelando a “abertura” dos canais da administração pública para as solicitações dos interessados na melhoria da atuação do governo no incentivo ao turismo local.

Serão observadas as ações públicas no final do século XX no domínio da ampliação da participação popular nas definições de ações de educação patrimonial nos espaços da cidade. De uma forma mais específica apresentaremos o exemplo de um atrativo de interesse cultural no centro da cidade: o Alto da Praia que, desde a ocupação inicial no século XVIII até o período republicano no início do século XX representa “visões produzidas” de um líder e de uma época.

É possível analisar o caso da Praça da Matriz levando em conta a importância atribuída ao lugar onde ocorreram episódios marcantes, dignos de referência - área cívica, religiosa e cultural - enquanto símbolo de identidade local.

Pretende-se demonstrar que a mesma área passou por distintas interpretações desde o século XIX até a implantação do Monumento à Júlio de Castilhos, tendo abrigado uma fonte alegórica, uma estátua de um herói imperial e o monumento referência ao líder republicano.

Serão desenvolvidas, portanto, discussões e problematizações a partir dos estudos existentes sobre *história do turismo cultural e pedagógico, patrimônio cultural e educação patrimonial e políticas públicas de turismo em Porto Alegre*.

3. Aspectos Teóricos

A relação entre turismo e história revela formas não-convencionais de organização da sociedade: o lazer e o uso do tempo livre como indicador da *visão de mundo* de uma época sugere a existência de uma dinâmica social própria com padrões sócio-culturais de funcionamento.

A análise do uso de conceitos como *turismo* e a relação desta atividade com o imaginário levará em conta, nesse trabalho, a visão da modernidade sobre a *necessidade* da criação do tempo livre enquanto produto de consumo, ou seja, a *necessidade do lazer* na vida moderna e como nossa sociedade de consumo trata esta questão. Essa discussão, do ponto de vista histórico-social revela um campo de análise de estudo das práticas comuns e rotineiras.

Com relação à produção de um “imaginário coletivo” que servirá de base, segundo essa pesquisa, para o estabelecimento dos atrativos turístico-culturais a partir do final do século XX, levamos em conta os trabalhos sobre a historiografia de Porto Alegre que pontua a relação entre o poder público e a produção e levantamento das fontes que sustentam a “história oficial” da cidade. Conforme será mostrado adiante, os roteiros promocionais da cidade no final do século XX basearam-se nos aspectos históricos menos relacionados com uma “história de personagens” e sim privilegiando uma visão de uma “história da paisagem” ressaltando as distintas versões sobre a importância dos espaços cívicos.³

Também sustenta nosso trabalho a proposta resultante da parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Programa Monumenta da Prefeitura de Porto Alegre (com apoio do BID e IPHAN e MinC) com a ação de qualificação de pessoal e a discussão de uma “forma de olhar” a cidade: o projeto *Leituras da cidade*, condensado no livro homônimo e resultado de um curso para educadores e pesquisadores de história, pedagogia, museologia, arquitetura, artes, etc.. Esse trabalho traz uma idéia central para a discussão aqui proposta: uma abordagem multidisciplinar no desafio de tratar a cidade como objeto de aprendizagem.

³ O trabalho de Charles Monteiro intitulado *Porto Alegre e suas escritas: Histórias e memórias da cidade* (2006) aponta períodos durante o século XX em que a discussão historiográfica esteve pautada nas origens da cidade, data da fundação e povoamento. Essas premissas foram observadas durante um “período inicial” da formatação do imaginário turístico da cidade, antes de 1989. A figura de Marcelino Figueiredo, Jerônimo de Ornellas, por exemplo, foram resgatadas como símbolos dos “precursores” na fundação da cidade, além, é claro, do uso da imagem de um Estado “multicultural” onde a capital representava a junção dos povos.

Em seguida discutiremos os conceitos *patrimônio* e *educação patrimonial* ligados às propostas do turismo local no sentido de ressaltar o interesse de práticas sociais que valorizam a cultura como fator de cidadania. O conceito de cidade como *museu a céu aberto* traz propostas do campo da museologia na interpretação de um objeto ou paisagem.

Conceito fundamental para a atividade turística, o uso do termo *patrimônio* como fator de identidade nacional é observado, no caso brasileiro, em pelo menos dois momentos marcantes: nas orientações governamentais no início do século XX e durante o regime militar. Escolas, praças e parques se apresentavam como espaços cívicos e determinados monumentos recebem destaque como representantes da ideologia da época.⁴

Para percorrermos a trajetória da criação de um “imaginário turístico” optamos por seguir pela apresentação da historiografia que foi tomada como relevante para a definição do atrativo turístico-cultural em Porto Alegre no subtítulo *A construção da imagem do turismo em Porto Alegre: as aulas públicas no Centro Histórico* onde é comentado o processo de criação da “matriz historiográfica” e suas variações na escrita da cidade.⁵

Nesse trabalho, objetiva-se mostrar a mudança na produção da “imagem turística” de Porto Alegre sustentando que, a partir de 1989, é dada atenção às demandas dos participantes dos fóruns populares com a apresentação de “imagem” da cidade, agora tendo a democracia participativa, a questão ambiental e a preocupação com o patrimônio como prioridades.

Nesse mesmo tópico apresentamos uma rápida exposição do surgimento dos órgãos oficiais de turismo em Porto Alegre desde os anos 70 até o início do século XXI quando surgem diretrizes preocupadas com a participação popular nas demandas de educação patrimonial e ambiental. As fontes desse período são os registros das propostas dos participantes durante os diversos fóruns de debate e materiais de acervo pessoal enquanto representante voluntário.⁶

⁴ Sobre a estatuária como forma de representação da ideologia de uma época: DOBERSTEIN, Arnaldo. *Estatuária e ideologia*. Porto Alegre: Ed. PUC, 2000. Esse foi um dos textos utilizados na elaboração do áudio do ônibus *Linha Turismo* com informações sobre a cidade.

⁵ Os cursos de qualificação profissional para Guias de Turismo realizados nas últimas décadas pelos órgãos públicos passaram a ressaltar as *visões múltiplas* da cidade, com forte apelo para a questão ambiental utilizando como bibliografia trabalhos como o *Atlas Ambiental de Porto Alegre* elaborado em parceria da UFRGS, PMPA e INPE com cerca de duzentos autores coordenados por Rualdo Menegat. Entre os módulos dos cursos havia um sobre *Participação Popular* evidenciando a democracia como um atrativo turístico em Porto Alegre.

⁶ Em 1999 são criados os *Roteiros ecológicos* pelo Escritório Municipal durante as Semanas Comemorativas da cidade como resultado de uma demanda de *novos atrativos* para identificar a cidade. O lançamento do *Atlas Ambiental de Porto Alegre* exhibe uma cidade com peculiaridades além da questão histórica.

Por último, uma espécie de “estudo de caso” com uma pequena análise de um espaço específico da cidade que passou por distintos “usos” enquanto representação sócio-cultural da cidade: a Praça da Matriz com seu conjunto monumental e arquitetônico – especificamente o *Monumento à Júlio de Castilhos*. Como se apresenta essa área para o turismo histórico-cultural enquanto atrativo nos roteiros oficiais da cidade?

Manifestações sociais ligadas ao lazer passaram a ser pesquisadas apenas recentemente com os estudos de “desvios” de práticas sociais ou da “história vista de baixo” com pesquisas sobre situações e personagens aparentemente insignificantes. A análise de situações aparentemente triviais (o uso do tempo livre, por exemplo) é um interessante campo de estudo revelador de intenções e necessidades coletivas essenciais.

Assim, tomamos a discussão do *turismo* enquanto prática social de lazer como base de estudo para depois analisar os caminhos e centrar a discussão em um tipo específico de *turismo*: aquele ligado à educação e instrução procurando investigar o passado distante (Europa romântica e o *gran tour*) até chegar ao nível local das políticas municipais sobre o tema ao longo da última década do século XX.

A problemática da conceitualização da *atividade turística*, seus usos, definições, inter-relações com outras atividades sócio-econômicas possibilita ao historiador atuar como debatedor nas propostas da formação de uma “imagem turística” da cidade.

3.1 Turismo e sociedade

Segundo estudos acadêmicos surgidos no século XX a atividade turística engloba diversos fatores socio-culturais: para Beltrão (2001, p. 20) “(...) é o conjunto de todas as atividades sociais, culturais, políticas, econômicas e naturais que envolvem pessoas se deslocando pelos mais diversos lugares em busca de outros destinos desconhecidos ou não, com uma permanência temporária.” Parece ser difícil formatar uma definição específica de turismo. Com certeza “é uma atividade socioeconômica, já que produz bens e serviços, visando a satisfação de necessidades básicas e secundárias, e que se utiliza dos mais diversos componentes, e das mais diversas motivações” (LAGE & MILONE, 2000).

Para Roswithia Weber (2006) o tema da atividade turística apresenta um aspecto de estudo ligado mais à administração, comunicação e geografia. Em seu trabalho sobre a Rota Romântica no Rio Grande do Sul a autora salienta a importância do caráter multidisciplinar na definição do turismo. Weber cita a pesquisadora da USP Mirian Rejowski sobre trabalhos acadêmicos na área, lembrando que a maior parte dos estudos estão centrados no caráter mercadológico da atividade turística (WEBER, 2006, p. 25).

Para a autora do trabalho local sobre o imaginário das cidades da Serra Gaúcha, “no cenário turístico, circulam imagens que são compartilhadas entre turistas e moradores” e que “a promoção do turismo passa, sem dúvida, pela cidade” (2006, p. 26). A cidade deve ser entendida como um produto social onde o visitante-turista se dispõe a “ler” uma paisagem que seria “moldada” através dos tempos: a leitura dos acontecimentos deve levar em conta a “rede de relatos que a constituem”.

Autores como John Urry e Joffre Dumazedier tratam as definições de turismo como uma atividade produzida pela sociedade: a *necessidade da visita*ção de um local específico apresenta-se como um *padrão de status*. Na Europa do século XIX as práticas de lazer estavam vinculadas com a Revolução Industrial e o uso do tempo livre.

O termo “turismo” parece ter surgido na Inglaterra no século XVIII quando os filhos dos nobres realizavam o “The Tour” pela Europa, uma viagem pedagógica com evidente sinal de distinção social. Assim, como fenômeno moderno e ligado ao avanço tecnológico, essas viagens aristocráticas revelaram intenções importantes de uma sociedade em mutação e indicadoras de sentido existencial de uma época.

Teóricos como Marc Boyer (2003), e Simon Schama (1996) relacionam a prática chamada turismo com a Idade Moderna, ou seja, a partir da racionalização do tempo livre e a partir da necessidade de regulamentação das jornadas de trabalho e das folgas.

Também John Urry (1996), em sua análise histórica do fenômeno das viagens e deslocamentos, depois de lembrar que o termo “turismo” provém da aristocracia inglesa no século XVIII quando ocorria o “Grand Tour” como atividade de “iniciação” dos jovens aristocratas, comenta:

O Grand Tour já estava firmemente estruturado no final do século XVII e atendia os filhos da aristocracia e da pequena fidalguia e, no final do século XVIII, os filhos da classe média profissional. Ao longo deste período, entre 1600 e 1800, os estudos sobre as viagens iam desde uma ênfase escolástica no turismo enquanto oportunidade para um discurso até o conceito de viagem como observação de um testemunho ocular. Havia uma visualização da experiência da viagem ou o desenvolvimento do olhar, ajudado e assistido pelo crescimento de livros de orientação para turistas, que promoviam novos modos de ver. (URRY, 1996, p. 19).

Ainda tratando da origem gramatical da expressão *turismo*, Boyer (2003, p. 8) comenta que “(...) o século XVIII foi o século das Revoluções cujo início foi sempre britânico. Revolução Industrial e Revoluções Turísticas são contemporâneas. Os aristocratas adotavam práticas lúdicas que constituíram uma contracultura de distinção”.

A questão ressaltada pelo autor é a *invenção da distinção* onde o *status* é o motor das ações e o mundo apresenta-se como um universo de experiências a conquistar – aquele que atingir determinado grau no acúmulo de sensações é bem visto e invejado pelos seus semelhantes.

Sobre o *Grand Tour*, Urry (1996) aponta que o desenvolvimento de atividades organizadas de grupos visitantes aos balneários e estações de verão são características de um padrão social do século XIX onde o trabalho e o lazer tornam-se práticas racionalizadas e cada vez mais percebidas separadamente. A atividade social ligada ao uso do tempo livre, nessa época, segundo o autor, esteve caracterizada como uma “antítese do trabalho, da instrução e do aprendizado”. No entanto, essas viagens de estudos representariam algo novo: a experiência da viagem com o desenvolvimento de um “olhar” novo sobre novas culturas e de uma forma de testemunho das sociedades da época. Também é evidente uma visão romântica da atividade com uma predominância de preferências aos locais com grandes atrativos naturais e paisagísticos. A classe alta inglesa esperava uma influência na educação cognitiva e perceptiva em seus filhos através das peregrinações pela Europa em busca de conhecimento e instrução.

Essa percepção “romântica” da natureza é assunto que Simon Schama (1996) desenvolve em seu trabalho relacionado à História da Paisagem. Seu livro monumental *Paisagem e memória* é fundamental para a compreensão de conceitos como *mito*, *patrimônio* ou a própria relação homem/natureza e as consequências em termos de

impacto das ações humanas na paisagem. Pode-se perceber a importância da discussão entre *atividade turística* e a prática do trabalho do historiador:

O que paisagem e memória procura ser é um modo de olhar, de redescobrir o que já possuímos, mas que, de alguma forma, escapamos ao reconhecimento e à apreciação. Meu objetivo é apresentar não mais uma explicação do que perdemos e, sim, uma exploração do que ainda podemos encontrar. Ao propor esse modo alternativo de olhar, tenho plena consciência de que há mais coisas em jogo que sofismas acadêmicos. Pois se toda a história da paisagem no ocidente de fato não passa de uma corrida insensata rumo a um universo movido a máquina, sem a complexidade de mitos, metáforas e alegorias, no qual o árbitro absoluto do valor é a medição e não a memória, no qual nossa inventividade constitui nossa tragédia, então realmente estamos presos no mecanismo de nossa auto destruição. (SCHAMA, 1996, p. 24).

Schama desenvolve um complexo universo teórico relacionando representações humanas com o mundo real e o modo como *olhamos* a realidade: com o passar do tempo passamos a *ver* de forma diferente a paisagem ao redor.

Quando se imaginaria, por exemplo, que o vazio de um edifício destruído em um ataque terrorista seria visitado por milhares de pessoas? Ou ainda, quando se imaginaria que um argumento para conhecer os Alpes seria a possibilidade do desaparecimento da neve dos glaciares?

Embora a idéia geral de Schama possibilite variadas interpretações cabe ressaltar que o tema do *mito* se apresenta como importante elemento quando se trata de procurar um *motivo*, ou um *objetivo* que sustente o deslocamento que caracteriza o *fenômeno turismo*.

Então, seria a busca da satisfação pessoal? A princípio, sim. E, também, este deslocamento característico do processo necessita como base um *mito*, numa concepção idílica de uma situação, fenômeno ou lugar. O que Schama se propõe a discutir através de uma *“arqueologia das representações”* é mostrar o quanto as concepções culturais (principalmente a partir do Renascimento) dependem da natureza apesar de um distanciamento proporcionado pelas altas tecnologias do final do segundo milênio.

No âmbito desse trabalho, os estudos existentes sobre *turismo pedagógico* são encontrados, principalmente, em artigos acadêmicos disponíveis na web. Trata-se de uma idéia recente nos trabalhos da área ao discutir a atividade de lazer e conhecimento como técnica de ensino, ou seja, embora a visão geral represente o turismo *somente* como atividade de lazer é possível identificar propostas e discussões acadêmicas que apontam o potencial instrutivo do turismo.

De um modo geral, os estudos no Brasil tratam a importância dessa atividade ressaltando o crescimento da procura pelos professores de novos métodos e práticas de

ensino que colaborem no enriquecimento do aprendizado. Essa procura por esse método alternativo de ensino exige uma série de serviços como transporte, hospedagem e visitas aos centros culturais – daí a relação entre atividade extra-escolar e a prática do turismo. É devido ao aparato de apoio ao visitante escolar que podemos identificar a estrutura chamada *turismo pedagógico* ou *turismo educacional* no sentido de que existe uma série de prestadores de serviços envolvidos nessa atividade – portanto, envolvendo uma cadeia econômica e de geração de emprego e renda.

Além dessa característica econômica relacionando *turismo e educação* também podemos justificar a relação entre essas áreas no sentido de que essa atividade representa uma etapa de aprendizado e lazer, característica essa fundamental numa prática instrutiva que se apresenta como alternativa na busca de um novo paradigma social – a visão de que o conhecimento, o trabalho e o lazer são, todos, essenciais na nossa vida enquanto sujeitos da história.

Cunha (2002) e Peccatielo (2007), por exemplo, tratam de uma definição de *turismo pedagógico* relacionada às Leis e Diretrizes Básicas da Educação, ressaltando a importância das atividades extra-curriculares como incremento dos estudos em sala de aula. Vicentini (2003) estabelece diferenças entre *turismo pedagógico* do *turismo estudantil* definindo o último como uma proposta sem objetivos didáticos, além de observar que o *turismo científico* é aplicado por instituições de nível superior (Arquitetura, Biologia, etc.) com resultados aprovados pelos docentes. Costa (2008) apresenta um estudo sobre o mercado de agências de intercâmbio estudantil, mostrando o crescimento desse segmento nos últimos anos e, por fim, Morais (2008) traz um estudo de caso de uma saída de alunos e os relatos de professores e alunos mostrando a importância da atividade como enriquecedora e complementar no crescimento intelectual do grupo.

De um modo geral, podemos perceber que quase todos os estudos apontam uma *justificativa econômica* da atividade, ou seja, embora seja ressaltada a importância da atividade enriquecedora intelectual, o aspecto econômico envolvido – e também o aspecto lúdico da atividade – parece ampliado e valorizado como justificativa única ou mais importante.

3.2 Patrimônio e Educação

A atuação do profissional da área de história nos dias de hoje não está limitada ao ensino ou a pesquisa. Segundo Zita Possamai (2008) “existe um leque aberto de alternativas e possibilidades” como área de trabalho, desde às ações em museus, arquivos, memoriais, órgãos de gestão do patrimônio edificado ou imaterial, centros de documentação e escritórios de turismo.

A análise de Possamai sobre o tema do *ofício do historiador* refere-se, basicamente, à atuação em instituições de preservação cultural que, muitas vezes, não possuem clareza em relação ao processo de trabalho do profissional de história nesse campo.

Segundo a autora, com o advento da Política Nacional de Museus, a partir da primeira década desse novo século haverá um incremento do papel do historiador com uma redefinição da forma de atuação desse profissional. No entanto, existem obstáculos relacionados à formação, habilidades necessárias e às delimitações das fronteiras com outros profissionais desse campo.

Com relação às habilidades específicas desse *novo profissional* está a necessidade do domínio de conceitos como memória, patrimônio, documento, museu e arquivo observando-os junto ao “contexto histórico das construções sociais ligadas ao jogo das relações sociais, rompendo com visões mitificadoras” (2008, p. 211). A atuação do profissional de história abrange a investigação de outros documentos além dos escritos e orais passando ao estudo da cultura visual e material.

Ainda segundo Possamai, durante as visitas guiadas a um museu, por exemplo, “muitas vezes caímos no grave erro de ‘mostrar’ (...) e esse ‘mostrar’ acaba sendo uma sucessão de episódios consagrados e reforçadores de mitos” (2000, p. 103). Nessa atividade, como em sala de aula, não se pode negligenciar a tarefa de crítica, constituidora da noção de produção do conhecimento, sob pena de comprometermos o próprio ato pedagógico. A ação do profissional de história face às novas maneiras de atuação deve levar em conta a pesquisa, o ensino e a ação cultural.

Em seu artigo *Museu e Arquivo: laboratórios de aprendizagem e descobertas* a pesquisadora reforça a importância do uso do patrimônio cultural das cidades numa proposta educacional que inclua os aspectos geográficos, espaciais, sociais, econômicos e culturais do lugar onde vivem, trabalham e estudam os alunos:

Não falo da utilização desses meios para a identificação de características concebidas como imanentes e que são apresentadas como definidoras de identidades regionais, produzindo, não raras vezes, visões estereotipadas, que

homogeinizam os grupos sociais, mascarando os conflitos, diversidades e desigualdades. Esses lugares podem ser trabalhados como laboratórios ao lado da sala de aula, onde a construção do conhecimento sobre a realidade regional pautar-se pela compreensão do processo histórico que a produziu, explicitando os conflitos existentes como parte do fazer social.(Possamai, 2000, p. 105).

Outro exemplo sobre o papel das ações educativas e utilização dos bens culturais como *recurso educacional* é o trabalho de Evelina Grumberg (2002) sobre Museologia:

A metodologia da Educação Patrimonial tem um campo de atuação e propõe não somente uma nova maneira de utilização dos bens culturais do passado e do presente, como também uma nova postura por parte do educador, no sentido de incorporar os bens culturais ao processo de aprendizado e como auxiliares no desempenho das funções de transmitir o conhecimento. (2002, p. 110)

A Educação Patrimonial pode, assim, ser definida como o ensino centrado nos bens culturais utilizando-se de uma metodologia que toma esses bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica e que considera os bens culturais como fonte primária de ensino.

No campo da historiografia Choay trata da utilização dos conceitos de *patrimônio* e *monumento* ressaltando alguma “ambiguidade” nesse uso, levando em conta o valor econômico gerado pelo *status* de um bem considerado como tal (Choay, 2001, p. 210). Para essa autora o surgimento do turismo cultural está associado ao grande projeto de democratização do saber aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer impulsionada pela vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos – essa é a origem da expansão talvez mais significativa, a do *público* dos monumentos históricos:

Por sua vez, os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos.(2001, p. 211)

Entre 1860 e 1960, segundo Choay, é possível identificar uma certa “consagração do monumento histórico” (2001,p. 171) onde o trabalho de conservação visava essencialmente os grandes edifícios religiosos e civis na Europa. A autora identifica o momento em que a “grande viagem de passeio na Inglaterra” torna-se “democrática”:

Aí se cria a primeira agência de turismo, Cook’s, que explora principalmente os sítios legendários do Egito, onde, em 1907, Pierre Loti se queixa da implantação intempestiva de hotéis nas vizinhanças das pirâmides e do número excessivo de turistas.(2001,p. 172)

Com relação aos primeiros passos nos trabalhos de reflexão com respeito a atitudes e condutas ligadas à noção de monumento histórico no começo do século XX Choay cita o historiador da arte Alois Riegl. Esse estudioso estabeleceu uma análise crítica da noção de monumento histórico, tratando o assunto além da perspectiva profissional adotando o tema como um objeto social e filosófico: só a investigação do sentido ou dos sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico permite fundar uma prática.

A pesquisadora Françoise Choay (2001), em seu trabalho *A alegoria do patrimônio* trata do tema revelando distinções do termo ao longo dos tempos. Identifica a origem primitiva do termo *patrimônio histórico* ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. É uma noção “requalificada por diversos adjetivos (genético, cultural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante” (2001, p. 11):

Patrimônio Histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos de se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e ‘savoir-faire’ dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade do presente, ‘patrimônio histórico’ tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e uma mentalidade.

A noção de “monumento” é entendida por Choay pelo sentido original do termo latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere*, (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. “O monumento constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos” (2001, p. 18).

Em seu trabalho *Documento/Monumento*, Jacques Le Goff (1996, p. 103) estabelece a relação histórica dessas representações:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Referência conceitual, Le Goff estabelece a relação entre *documento* e *monumento*: a intervenção do historiador ao escolher sua fonte de pesquisa não é neutra e depende de sua ação na sociedade. Sua fonte (documento) é monumento no sentido de que resulta de seu esforço para impor ao futuro determinada imagem da sociedade

Para Le Goff “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (1996, p. 104). Produto de um centro de poder o monumento deve ser estudado numa visão econômica, social, jurídica política, cultural, espiritual, mas sobretudo enquanto instrumento de poder.

Entre os trabalhos importantes sobre “olhares” de uma cidade/sociedade de si própria o trabalho de Ana Meira (2004) sobre políticas públicas e patrimônio em Porto Alegre mostra que a ação se dá no imaginário social, como forma de identificação nacional e afirmação ideológica, ou seja, a discussão sobre o que é ou não “patrimônio” tem um *sentido de época* que serve como fator de aglutinação e confere valor à um povo, lugar ou região.

O trabalho de Ana Meira trata das relações entre *história*, *patrimônio* e a *atividade turística*. Em Porto Alegre, por exemplo, na segunda metade do século XX “se passou a considerar patrimônio praticamente tudo”: ocorreu um certo *esvaziamento de sentidos* e valores do patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico através de reconstruções, reciclagens ou preservação de fachadas. Segundo Meira (2004, p. 19) “esses fatos são particularmente graves quando afetam as dimensões imateriais do patrimônio cultural”. Essas dimensões variam em cada momento da trajetória de uma sociedade. A atribuição de valores está ligado ao universo da escolha e o reconhecimento de seus significados inscreve-se na dimensão simbólica do imaginário. Por ligar-se a dimensões que extrapolam a sua materialidade, o patrimônio assume importância como fator que irá alimentar a memória e a história da cidade.

Um dos fatores inseridos neste contexto é o turismo, ou seja, “o turismo se encarrega de justificar economicamente o esvaziamento de sentido decorrente das práticas citadas acima e os turistas tornam-se os fiadores da monumentalidade conservada” (Meira, 2004, p. 18).

Para Nora (apud MEIRA, 2004, p. 19) “a materialização da memória, em poucos anos, dilatou-se prodigiosamente, desacelerou-se, descentralizou-se, democratizou-se” e isso, para o pesquisador em História Social Haroldo Camargo exige a discussão entre *Turismo* e *Patrimônio* com estabelecimento de parâmetros para discussão:

Não podemos negar que o relacionamento entre patrimônio e turismo se instalou de forma definitiva. Há porém que estabelecer regras de convivência entre ambos numa perspectiva de atividade econômica e de desenvolvimento social. O desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, com critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efetiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (Camargo,2009).

A denominação *Patrimônio Cultural* é muito mais abrangente, se tivermos em conta os diversos conceitos de cultura inerentes ao campo da Antropologia e História. Quanto ao termo histórico e à sua utilização junto ao patrimônio, embora seja senso comum uma referência ao passado remoto, ele traduz, além do passado, o vir-a-ser, um permanente estado de gestação de situações e coisas que são também históricas, não apenas porque se referem ao passado, mas porque são, também no presente, produzidas por sociedades humanas num determinado tempo-espaço.

Pode-se dizer que o Patrimônio não é algo fixo e ancorado nas realizações do passado, mas uma *noção com potencialidades* que podem se realizar enquanto bens patrimoniais: o *turismo* surge, assim, indissociavelmente ligado ao patrimônio enquanto elemento que fundamenta o *valor econômico* deste último.

Em Porto Alegre podemos identificar essa relação através das propostas das comunidades (e seus representantes) que identificam, como será exposto a seguir, a noção *patrimônio com valorização econômica* seja como algo ideal ou, muitas vezes, ligado ao turismo enquanto fator de geração de renda – trata-se de uma percepção de que suas práticas simples podem ser vistas como *atrativos* para o visitante. Esse é o caso do projeto *Caminhos Rurais* que incentiva pequenos proprietários das áreas rurais a perceber que, cada vez mais, receber visitantes em locais simples na metrópole significa valorizar o patrimônio natural – outra face de um termo, aparentemente, restrito enquanto *produto humano*.

4. A construção da imagem do turismo-cultural em Porto Alegre: as aulas públicas no Centro Histórico

Para a pesquisadora Angela Castro Gomes (apud. MONTEIRO, 2006, p. 125) para compreender o estabelecimento de uma matriz historiográfica no Estado Novo na explicação da história do Brasil é importante o termo “historiadores modernos” usado na qualificação dos responsáveis, na época, pelo sentido dos fatos e acontecimentos que seriam capazes de “aproveitar” documentos consultados ao “pintar” um quadro comunitário local com erudição e metodologia científica. No caso de Porto Alegre, “poder-se-ia chamar os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul de ‘modernos’, compreendendo que estavam inseridos nesse processo mais amplo de formação do campo histórico entre as décadas de 1920 e 1940”.

O trabalho de Charles Monteiro *Políticas da memória: reformas urbanas e polêmicas acerca das comemorações da fundação de Porto Alegre* afirma que “há duas tradições de escrita bem definidas sobre a memória de Porto Alegre: uma relacionada aos historiadores reunidos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) e outra animada pelos cronistas, que através de artigos publicados em jornais e, posteriormente, em livros tem falado sobre a trajetória da sociedade porto-alegrense no tempo” (2010, p.38).

Segundo Monteiro (2006) pode-se afirmar que ao longo da segunda metade do século XX forma-se uma matriz historiográfica e institucional patrocinada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre com o apoio da Secretaria Estadual da Educação através da publicação de artigos nos *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*, no livro comemorativo do bicentenário da cidade *Porto Alegre: biografia de uma cidade* e o *Boletim Municipal*, também publicado pela Prefeitura Municipal. Essas publicações “foram os lugares de produção e os meios de perpetuação dessa matriz da história de Porto Alegre” (2006, p. 80). Essa abordagem de Monteiro interpretou as diferentes formas e estratégias de escrita sobre as origens da cidade a partir de uma leitura da memória coletiva procurando explicar a formação de uma “imagem consensual” sobre a memória e a história de Porto Alegre ao longo do século XX (2006, p.69).

A análise de Monteiro sobre o imaginário cultural da cidade está focada em dois períodos (1940 e 1972) no contexto das reformas urbanas e das comemorações dos bicentenários da fundação da cidade. Por exemplo, em 1967 Walter Spalding publica sua *Pequena História de Porto Alegre* que, segundo Monteiro (2006, p. 70), teria surgido de uma solicitação da administração municipal e da necessidade de comemorar o Centenário

Farroupilha com a organização de uma memória sobre a cidade. A partir dessa demanda oficial Spalding organiza um grande número de documentos oficiais produzidos pela administração municipal para tornar visível ao público da Exposição Farroupilha de 1935 a história de Porto Alegre. É possível perceber influência de interesses oficiais na produção e organização de uma história de Porto Alegre.

Para Ana Meira (2004, p. 16) a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – nos anos 30 marca a institucionalização da política federal de preservação com a promulgação da lei que institui o tombamento em nível nacional servindo de modelo às ações estaduais e municipais. Os critérios estéticos e históricos foram privilegiados nas discussões vinculadas à produção erudita e relacionadas a fatos memoráveis da história nacional que se encontravam ameaçados.

Com relação ao surgimento dos órgãos oficiais de turismo no Brasil, João dos Santos Filho, em seu artigo sobre as origens da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) afirma que a entidade foi instrumento ideológico da ditadura: a trajetória oficial do turismo no Brasil no período militar evidencia a necessidade de criar um órgão nacional que fizesse a contra propaganda no exterior da imagem do país maculada pelas denúncias de tortura e abusos dos direitos humanos (Santos Filho, 2004).

Criada pelo decreto-lei no. 55 de 18 de novembro de 1966, a instituição surge para ordenar uma política nacional de turismo mas é possível entender que os objetivos eram mais amplos: divulgar uma imagem oficialista de um Brasil democrático, multirracial e ordeiro para o mundo com um apelo aos estímulos eróticos da mulher brasileira e das belezas naturais de suas praias – principalmente do Rio de Janeiro.

Em Porto Alegre, segundo Marutschka Moesch (2004), a proposta do Rio Grande do Sul com seu Sistema Estadual de Turismo passou a ser referência nacional nos anos 1970 quando foi criado pelo Governo Estadual uma série de instituições que responderiam pela organização das políticas públicas do setor. A EPATUR foi criada em 1972 e trazia o compromisso de “promover o turismo na capital gaúcha” (2004, p. 114). A autora analisa a trajetória das propostas do setor concluindo que

(...) os projetos turísticos do Rio Grande do Sul (...) tiveram vida efêmera. (...) Como protagonista parcial dessa melancólica história do turismo no Rio Grande do Sul, perguntei-me ao longo dos anos: onde foi que falhamos? (...) Habitados ao discurso do poder verticalizado, e da visão messiânica do turismo vigente na década de 1970, deixamos de considerar variáveis, valores e pressupostos culturais importantíssimos para a sedimentação do bom turismo; sacralizamos o fazer turístico em detrimento do por quê fazer; e exageramos no dever assistencialista do Estado em vez de adotar uma dimensão pedagógica no modelo de planejamento imposto às comunidades regionais. (2004, p. 115)

Com relação aos registros dos órgãos oficiais de turismo em Porto Alegre a partir de 1989 foram analisados documentos que expressavam diretrizes relacionadas ao Turismo segundo um modelo de gestão participativa, como as “*Proposições para uma ação Política municipal de Turismo – 1993-1996*” e “*O futuro do Turismo em Porto Alegre – o caso da EPATUR – 1996-2000*” ambos disponíveis no Arquivo Histórico Municipal.

Além desses documentos foram consultados os materiais produzidos pela Administração Popular como resultantes do III Congresso da Cidade e da Conferência Municipal de Turismo, ambos do ano 2000.

O primeiro documento (ANEXO I), de 1993, é creditado à Equipe Técnica da Diretoria de Planejamento da EPATUR e trata das ações da Administração Popular na reforma e redefinição da instituição. O tópico que trata do “Patrimônio Turístico de Porto Alegre” objetiva uma análise da situação do turismo na cidade e aponta uma necessidade urgente de um levantamento quantitativo da estrutura turística com vistas a valorizar “novas atrações e novos roteiros turísticos”; propõe convênios com a PUCRS nos programas de estágios dos alunos do Curso de Turismo; estabelece a importância da integração das ações do Turismo com as Secretarias da Cultura, Planejamento, Educação e Meio Ambiente, visando a melhoria dos serviços da cidade em geral (EPATUR, 1993, p. 2).

Conforme o segundo documento (ANEXO II) sobre a trajetória dos órgãos oficiais ligados ao turismo em Porto Alegre a partir de 1996 ocorre a transformação da EPATUR em instituição ligada ao Gabinete do Prefeito (EPATUR, 1996). Os próprios funcionários assinam um documento relatando a situação atual e solicitam mudanças na administração dos serviços. No período que abrange a última década de 1990 até 2007, aproximadamente, é possível identificar a trajetória da formação do que se pode chamar de “princípios” de uma política municipal no Turismo em Porto Alegre através, primeiramente, do documento de 1996 elaborado por funcionários da EPATUR onde são relatados princípios de políticas no setor.

No tópico “*Ações propostas para o desenvolvimento da Política Municipal do Turismo*” estão relacionadas as linhas gerais de ação no subtítulo “*Programa de valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural*” que estabelece a implantação do serviço de ônibus Linha Turismo, elaboração do Inventário Urbano Turístico em parceria com outras secretarias e, mais importante aqui nesse estudo, a estruturação de um Programa Pedagógico de Turismo em parceria com a Secretaria de Educação do município (EPATUR, 1996)

Também localizamos um projeto de janeiro de 1989 (ANEXO III) intitulado “*Porto Alegre ao alcance de Todos- programa comunitário*” que estabelecia ações específicas de

turismo educacional (EPATUR, 1989). Esse documento registra a preocupação do órgão responsável pelo desenvolvimento do turismo sócio-cultural, comunitário, educacional, pedagógico e de lazer. Trata-se de um projeto que teve como finalidade principal “proporcionar aos moradores da cidade com baixo poder aquisitivo uma oportunidade de conhecer melhor a história da cidade, seus equipamentos e formas de preservação dos mesmos numa perspectiva social e estimulando o exercício da cidadania plena” (EPATUR, 1989, p. 3).

É visível uma preocupação da entidade em formatar seus projetos nos moldes da nova gestão municipal – para tanto propõe uma integração com a Empresa Pública de Transportes (Carris) e a Secretaria de Educação do município. Três roteiros foram propostos em parceria com a SMED e Carris: o conteúdo informativo foi elaborado e discutido com os técnicos da Secretaria de Educação, Associação de Guias de Turismo do Brasil/RS e EPATUR.

A partir de 1996 a EPATUR é extinta como entidade matriz do governo e cria-se o Escritório Municipal de Turismo (ESTUR) vinculado à Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC) mas com relação direta com a Secretaria Geral de Governo (ESTUR/PMPA, *Primeira Conferência Municipal de Turismo*, 2000, p. 11).

O documento oficial (ANEXO IV) da *I Conferência Municipal de Turismo de Porto Alegre* realizada em 13 de maio de 2000 no auditório do Serviço Nacional do Comércio aponta as demandas dos interessados (entidades de classe, redes de prestadores de serviços, etc.) onde são estabelecidas as Políticas de Turismo de forma clara e detalhada (ESTUR/PMPA, *Primeira Conferência Municipal de Turismo*, 2000). O evento contou com o apoio de entidades de qualificação profissional, empresas aéreas, hotéis e foi promovido pelo *Porto Alegre Turismo – Escritório Municipal*.

Esse material foi avaliado no sentido de ressaltar o aspecto geral daquilo que se define, a partir de então, como “turismo”. É evidente uma mudança de rumo: diversas solicitações básicas de infraestrutura, sinalização e qualificação exigidas pelos participantes são endossadas pelo órgão de governo. Principalmente, com relação a esse estudo sobre *patrimônio e aulas públicas*, observamos a referência sobre ações educativas patrimoniais publicada pela primeira vez (ESTUR/PMPA, *Primeira Conferência Municipal de Turismo*, 2000, p. 8):

Turismo Cultural: (proposta 25) – Elaborar um calendário permanente de aulas públicas sobre os equipamentos turísticos e históricos; (proposta 29) – Elencar o patrimônio e difundir sua existência, realizando operações conjuntas entre a SMC, o Escritório de Turismo e a SME, buscando a divulgação e manutenção do patrimônio através de todas as formas, incluindo a comunicação virtual, através de folders, tours, visitas guiadas, etc.

O documento produzido nesse fórum relaciona setenta e quatro propostas para o funcionamento da atividade turística na cidade distribuídas em três pontos: *produto turístico, promoção turística e infra-estrutura e recurso*. Sobre o turismo cultural (proposta 21 a 29) é manifestado o interesse nos espaços públicos como áreas disponíveis ao cidadão.

Entre as ações principais estão o projeto *Turista Cidadão, Serviço de Atenção ao Turista, Apoio a Eventos, Divulgação e o Fórum Municipal de Turismo*. Alguns materiais de divulgação são apresentados nos anexos V, VI e VII.

Ainda no ano 2000 é realizado o III Congresso da Cidade com uma formatação de todas as demandas da cidade sendo definidas as resoluções finais sobre o tema “*Políticas Públicas de Turismo*”. Entre essas resoluções é estabelecida a *diretriz* no campo “patrimônio” através do Grupo Temático Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (PMPA, 2000, p. 20) segundo as *Diretrizes Gerais*:

PATRIMÔNIO (proposta)– Conceber a cidade como objeto cultural, na qual a noção de patrimônio se constitui como elemento fundamental de sua estrutura e imagem, tornando-se base para o planejamento urbano, econômico e turístico, bem como para as ações culturais, considerando o patrimônio em sentido amplo, o patrimônio edificado e natural, a história, a memória, os bens tangíveis e intangíveis como fatores imprescindíveis na definição de programas e projetos.

Também entre as propostas do III Congresso da Cidade está a referência aos Roteiros Ecológicos nas Semanas Comemorativas da cidade, projeto implantado a partir de 1999. Na época foram disponibilizados guias especializados e transporte para os interessados, bastando a inscrição com a contribuição de um quilo de alimento não-perecível para participar. Isso evidencia algumas “mudanças” no paradigma do atrativo turístico na cidade mostrando outras formas de caracterizar a cidade: antes como multicultural, comercial e de negócios e, agora, como destino democrático e ambiental.

Entre os roteiros promovidos haviam as visitas ao Morro São Pedro, Morro Santana, Morro do Osso, Parques Saint-Hilaire, Mascarenhas e Chico Mendes além do roteiro com visita à algumas centrais de reciclagem de lixo e aterros sanitários.

O serviço com ônibus panorâmico Linha Turismo foi uma das mais importantes conquistas para o turismo no início de 2003. A verba para aquisição do veículo foi aprovada pelo Gabinete do Prefeito com a mediação de algumas entidades participantes da temática do Desenvolvimento Econômico e Turismo. Foi decidido que haveria uma “contrapartida” nos serviços do Linha Turismo, ou seja, além da tarifa acessível (R\$ 7,00 em 2003) foi implantado a “Cota Social”, uma proporção de ingressos mensais destinados aos alunos de escolas municipais.

Podemos indicar uma outra ação relacionada ao tema desse trabalho que, provavelmente, surgiu de forma natural influenciada pelos “novos ares” das discussões dos fóruns que é o projeto Viva o Centro da Secretaria de Planejamento a partir de 2006 com grande aceitação pelo público. Esse projeto, com participação de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representa, sem dúvida, uma grande conquista da cidade ao possibilitar uma “apresentação” de locais históricos ao cidadão interessado.

A construção de um “imaginário local” para o turismo em Porto Alegre é percebida, por exemplo, em uma área específica da cidade: o núcleo histórico da Praça da Matriz, em particular junto ao Monumento à Júlio de Castilhos. Esta obra representa um importante símbolo patrimonial do ponto de vista artístico, cultural e turístico. Um estudo sobre o tema foi desenvolvido por Doberstein (1992) revelando aspectos importantes das *intenções* na construção desse monumento.

Entre diversos trabalhos sobre a política riograndense no início do século XX o tema da *propaganda republicana* (e as relações com o Positivismo) torna claro o uso da arte pública em prol da ideologia dominante. A construção desse monumento é peculiar porque suas alegorias são claramente favoráveis ao novo regime político que surgia na época – a República – com representações de ideais político-sociais claros e explícitos.

As referências do autor na análise específica do Monumento à Júlio de Castilhos são baseadas em registros da época e no próprio material do Governo do Estado editado para divulgação do trabalho artístico de Décio Villares. Além disso, diversos autores das áreas afins como Arquitetura e Urbanismo salientam características de diversas construções e monumentos da cidade como específicas manifestações do início do século XX influenciadas por sistemas de idéias identificadoras da República e do Positivismo (DOBERSTEIN, 1992).

Segundo estes pesquisadores (Weimer, apud DOBERSTEIN, 1992, p. 5) pode-se falar de uma intenção do governo da Província na época inicial da República no Brasil em propagar as virtudes das idéias em voga do Positivismo, ou seja, era uma propaganda oficial da importância dos Três Poderes (embora a concentração de forças do Executivo), a retidão de caráter necessária aos líderes políticos além do perigo manifesto do retorno das idéias monárquicas. Isso tudo parece estar retratado no Monumento à Júlio de Castilhos, no centro da principal Praça de Porto Alegre.

A concepção da obra foi detalhada, inclusive, na época da inauguração, em 1913, nas páginas do jornal *A Federação*: os deputados apresentaram uma homenagem ao líder político decidindo pelo levantamento de um monumento que traduzisse o

reconhecimento público dos contemporâneos pelo gênio político para lembrar à posteridade republicana a gratidão dos rio grandenses.

Como foi citado acima, foi publicado um texto informativo do significado deste monumento, com explicações do artista carioca Villares sobre o que cada figura representa. Assim, figuras da *prudência, coragem e civismo* projetam-se no ar evocando o caráter do líder morto – lembrando que seu falecimento ocorreu em 1903.

Portanto apenas dez anos depois da morte de Júlio de Castilhos o governo da época investia grandes quantias na confecção deste monumento e de quase uma centena de bustos para serem colocados nas praças de Municípios gaúchos (Doberstein, 1992, p. 43). Assim, o visitante que observa o magnífico Monumento não faz idéia de que, no mesmo local havia uma estátua homenageando um líder do Império, o *Conde de Porto Alegre*. Para Francisco Alves, pesquisador de História da Arte, o caso da Praça da Matriz é emblemático em relação ao *sentido* da escultura pública:

A escultura, situada em frente ao prédio da antiga igreja matriz, possuía um belo gradil de ferro em volta de sua base. Com o advento da República e do domínio positivista na política local, tornou-se intolerável a presença de um herói monarquista em local de destaque no coração da política do estado. (ALVES, 2004, p. 16)

Segundo Sérgio da Costa Franco (1998, p. 120), “(...) trata-se da primeira estátua levantada em logradouro público da cidade, e que se achava desde 1885 à frente do Palácio de Governo. Sua remoção gerou protestos em 1912 (...)”. Como se não bastasse, o mesmo lugar hoje reverenciado como *homenagem à república* antes ainda *elegia de um herói imperial* foi, também, o lugar de um chafariz de mármore:

Em 1866 um elemento decorativo é instalado no centro da praça: um chafariz de mármore, com estátuas que simbolizavam os rios da bacia do Guaíba (FRANCO, 1998, p. 133).

Segundo ALVES (2004, p. 16):

Em plena monarquia uma fonte pública utilizava uma alegoria da Liberdade (...) instalada no alto do primeiro monumento público da capital de uma província que já proclamara sua “República de Piratini”, em 1836.

Lamentavelmente, hoje em dia o que restou deste chafariz encontra-se na Praça Dom Sebastião, em situação precária e com peças depredadas. Ou seja, o mesmo local da cidade que desde 1752 ofereceu a visão do Porto dos Casais com os rios formando o estuário ao pôr-do-sol – este Alto da Praia foi palco de homenagens à natureza (com o

Chafariz), ao regime monárquico e à República, num espaço de menos de cinquenta anos.

Essa leitura do espaço atual da Praça da Matriz é resultado da visão contemporânea dos órgãos de divulgação do turismo na cidade elaborada a partir das fontes do período inicial de formatação da matriz historiográfica e, também, é resultado de uma “visão contemporânea” na forma de apresentação da cidade. Os textos dos roteiros elaborados pelo Escritório Municipal de Turismo para o ônibus Linha Turismo consideravam a importância das distintas formas de leitura dos espaços da cidade.

5. Conclusões

Nossa sociedade, em constante mutação, manifesta tendências e práticas sócio-culturais que devem ser analisadas pelo historiador. Em Porto Alegre se estabeleceu uma forma de relacionamento com os bens simbólicos bastante particular. As práticas da chamada democracia participativa revelam influências na percepção do patrimônio e do turismo local de forma bastante marcante.

Embora os fóruns de discussão tomados como fonte de análise tenham deixado de lado outras demandas, algumas dessas foram implantadas com grande sucesso – nosso ônibus panorâmico e as caminhadas pelo centro são exemplos marcantes.

O uso de pressupostos históricos como justificativa de um atrativo sempre irá atrair intenções econômicas – nossa sociedade têm primazia do lucro acima de tudo – e o debate acadêmico será, sempre, essencial na pauta do jogo de intenções daquilo que deve ou não ser lembrado ou esquecido.

O Turismo enquanto fenômeno social parece ter assumido uma função muito além da geração de emprego e renda. Podemos afirmar que, com as condições específicas locais, a relação dos indivíduos integrados nos processos decisórios aponta no sentido de uma cidade com cultura preservada e preocupada com a questão ambiental. Observar como as opiniões se manifestam, no caso das políticas públicas do turismo na cidade, significa perceber uma etapa histórica na vida de Porto Alegre.

A discussão do aparato conceitual que envolve definições tanto para o patrimônio quanto para o turismo, e as relações entre eles, é tarefa acadêmica. Ao mesmo tempo em que a Universidade deve ser sensível às demandas sociais discutindo-as, também lhe compete discutir as ações governamentais e as práticas, ou o agregado de práticas vigentes no mercado.

Através de novos métodos de ensino é possível contribuir para a discussão de valores sociais, políticos e culturais. O exemplo de uma situação em que esforços e investimentos financeiros e espirituais são canalizados na contemplação de uma peça ornamental levanta a discussão dos resultados dessa atividade – o futuro dirá que a prática interativa lazer/conhecimento é promissora e capaz de sustentar uma nova *visão de mundo*.

6. BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Francisco. **A escultura pública em Porto Alegre**. Porto Alegre: Artfolio, 2004.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003. Coleção Turismo.

BELTRÃO, Otto di. **Turismo: a indústria do século 21**. Osasco: ed. Novo Século, 2001.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CASTRO, Francisco. **Turismo Pedagógico: uma configuração do estudo do meio como ferramenta fomentadora do currículo escolar**. 16 mai. 2006 Disponível em: < <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=10693> > Acesso em 06 mar. 2009.

COSTA, Ewerton Reubens Coelho. **Viagem e educação: sua excelência, o turismo educacional**. 28 ago. 2008 Disponível em: < <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=13753> > Acesso em 06 mar. 2009.

CUNHA, M.C.S. et al. **Turismo educacional: que viagem é essa?** - Trabalho acadêmico. Curso de turismo, Centro Universitário Ibero – Americano, São Paulo / SP, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

DOBERSTEIN, Arnodo. **Estatuária e ideologia**. Porto Alegre: SMC, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1998.

GASTAL, Suzana e MOESCH, Marutschka Martini (orgs.). **Um Outro Turismo é Possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

GRUMBERG, Evelina. **Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais**. In: Museologia social, Porto Alegre, UE – Secretaria Municipal da Cultura, 2002, p. 95 – 110.

IGNARRA, Luis Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (org.). **Turismo, teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996.

- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- MENESES, Ulpiano B. De. **Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOESCH, M. Política municipal de turismo: novos patamares da gestão em Porto Alegre. In: PONT, Raul e BARCELLOS, Adair (orgs.). **Porto Alegre: uma cidade que conquista.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- _____. **Políticas da memória: reformas urbanas e polêmicas acerca das comemorações da fundação de Porto Alegre.** In: POSSAMAI, Zita (org.) *Leituras da cidade.* Porto Alegre: Evangraf, 2010.
- MORAIS, Janaina Pilizardo; MAIA, Jorge Sobral da Silva. **A prática do turismo pedagógico: um estudo de caso na creche EMEI Mário Andrade de Ourinhos.** Disponível em:
<<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/artigo.php?codigo=5&idioma=port>> Acesso em: 16 mar. 2009.
- PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. **Turismo pedagógico como uma estratégia de ensino-aprendizagem sob a óptica dos parâmetros curriculares nacionais 3º e 4º ciclos do ensino fundamental.** Disponível em:
<<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/artigo.php?codigo=5&idioma=port>> Acesso em: 16 mar. 2009
- POSSAMAI, Zita. **Museu e Arquivo: laboratórios de aprendizagem e descobertas.** In: LENSJIJ, Tatiana & HELFER, Nadir Emms (orgs), Santa Cruz do Sul: Edunisc, São Leopoldo: ANPHU/RS, 2000, p.98 – 105.
- _____. **O patrimônio em construção e o conhecimento histórico.** In: Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n.27, jan/jun, 2002.
- _____. **O ofício da História e novos espaços de atuação profissional.** In: Anos 90, Porto Alegre, v.15, n.28, p.201-218, dez. 2008.
- _____ (org). **Leituras da cidade.** Porto Alegre: Evangraf, 2010.
- PMPA. **Diagnóstico da estrutura turística de Porto Alegre.** Porto Alegre: PMPA/SGM/EPATUR, 1983.
- SANTOS FILHO, João dos. **Embratur: o retorno às suas raízes quando serviu à ditadura militar.** Revista Espaço Acadêmico, Maringá (PR), no. 35, abril de 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35jsf.htm>. Acesso em 10/06/2010
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **Paisagem e Imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar**. In: Revista de História e Estudos Culturais, vol. 3, Ano III, no 3. Julho/Agosto/Setembro 2006.

VICENTINI, Guilherme Herradon. **Turismo Pedagógico**. 26 jun. 2003
Disponível em: < <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=13753> >
Acesso em 06 mar. 2009.

WEBER, Roswitha. **Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS**. Tese de Doutorado, UFRGS, 2006.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS e DOCUMENTOS

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO (AHPAMV):

ATA DA ASSEMBLÉIA DE CRIAÇÃO DA EPATUR de 01/02/73. Acervo EPATUR 2.1.1
OFÍCIO Nº 47 de 20/02/73. Acervo EPATUR 2.1.1

EPATUR. *Proposições para uma ação política municipal de turismo – 1993/1996*. PMPA, 1993.

_____. *O futuro do turismo em Porto Alegre – o caso EPATUR – 1996/2000*. PMPA, 1996.

_____. *Porto Alegre ao alcance de todos – programa comunitário*. PMPA, 1989.

ESTUR/PMPA. *I Conferência Municipal de Turismo*. PMPA, 2000. (Coleção do autor)

_____. *Folders de divulgação da cidade*. PMPA, 1997 a 2000.

PMPA. *III Congresso da Cidade*. PMPA/Gaplan, 2000. (Coleção do autor)

JORNAL “A FEDERAÇÃO”. EXEMPLAR DE 13 DE JANEIRO DE 1913, COLEÇÃO PARTICULAR DA FAMÍLIA PORTILHO.

ANEXOS

Anexo I



EMPRESA PORTOALEGRENSE DE TURISMO S/A
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
ADMINISTRAÇÃO POPULAR

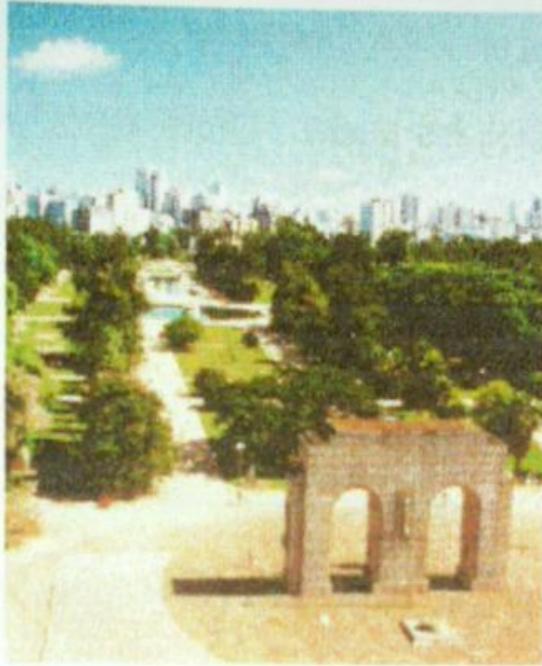
EMPRESA PORTOALEGRENSE DE TURISMO - NOVAEPATUR

PROPOSIÇÕES PARA UMA AÇÃO POLÍTICA MUNICIPAL
DE TURISMO - 1993/1996

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

- EQUIPE TÉCNICA -

*ciente
arquivar
13.04.93
leue*



O futuro do turismo em Porto Alegre.

"O caso EPATUR"

Material produzido com a verba dos funcionários da EPATUR.



EMPRESA PORTOALEGRENSE DE TURISMO S/A

"PORTO ALEGRE AO ALCANCE DE TODOS"

PROGRAMA COMUNITÁRIO

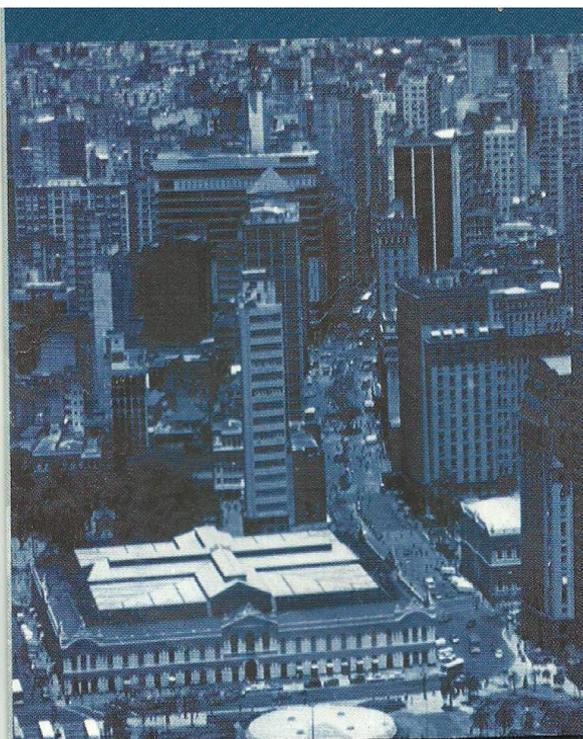
- PROPOSIÇÃO TÉCNICA -

JANEIRO 1989



**I CONFERÊNCIA MUNICIPAL
DE TURISMO DE PORTO ALEGRE**

13 de maio 2000
no SENAC / RS



PORTO ALEGRE 2000



**CONGRESSO
DA CIDADE**

CONSTRUINDO A CIDADE DO FUTURO

26, 27 e 28 de maio /2000

2. PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA CIDADE:

2.1. Materiais Promocionais:

Caracterizam-se enquanto instrumentos básicos ao trabalho de promoção turística e informativa da cidade.

Ao longo destes anos, a EPATUR produziu uma série de materiais necessários ao atendimento da demanda advinda do setor turístico (hotéis, agências de viagens, etc.), segmento de visitantes, população fixa, participação em eventos, etc.

Grande parte da folheteria apresenta versões para os idiomas espanhol e inglês. Dentre estes materiais produzidos, destacam-se:

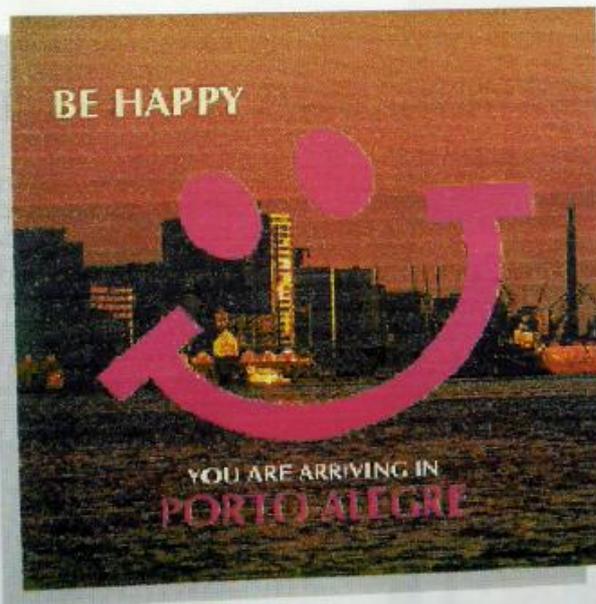
Folder Internacional "Be Happy"

Qualificado material promocional da cidade que tem o inglês como principal idioma e oferece a possibilidade de versão integrada para outra língua.

A peça já foi produzida nos idiomas inglês/japonês, inglês/alemão, inglês/espanhol, inglês/português.

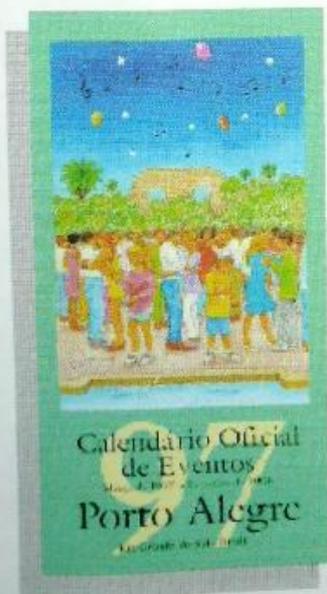
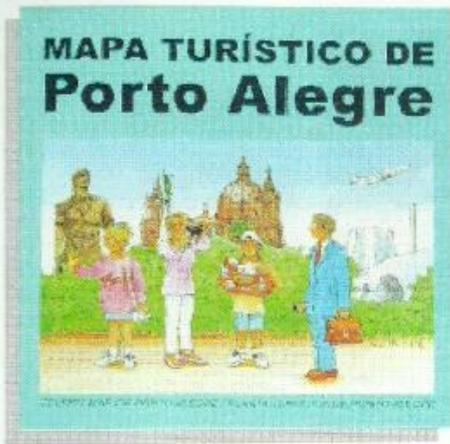
Tiragem total: 5.000 exemplares.

4



Materiais promocionais lançados no 1º trimestre de 1997.

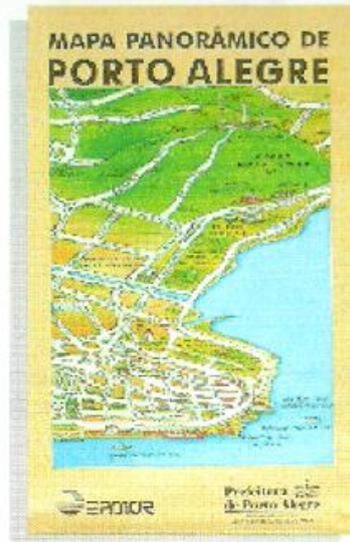
Mapa Turístico, Folder Ruas de Comércio, Locais para eventos, Calendário de Eventos 97 e selo Porto Alegre-se.



Mapa Panorâmico de Porto Alegre

Peça de concepção artística, de grande apelo visual, que revela a beleza geográfica da cidade e sua face turística. Este material apresenta-se na formatação de cartaz e com dobras.

Tiragem total: 40.000 exemplares, em duas edições.



Mapa Turístico de Porto Alegre (planta baixa)

Peça que apresenta o traçado das ruas da cidade sendo localizados, neste contexto, os principais pontos turísticos.

Até o final deste ano será lançada nova edição deste material em nova concepção gráfica (ampliação do mapa, contemplando as vias de acesso à cidade, atualização de informações e inclusão de sugestões de passeios na cidade).

Tiragem total: 72.000 exemplares, sendo 32.000 em fase de produção.

